

5

O trabalho formal na cadeia carne/grãos

Neste capítulo traçamos o perfil dos trabalhadores empregados na cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, municípios sede desta cadeia produtiva na área concentrada da agricultura moderna da BR-163, tratando, especificamente, da produção de grãos e da criação de aves no âmbito do trabalho. Para isto, abordamos sucintamente a dinâmica demográfica na área, trazendo uma idéia geral acerca da atual composição do mercado de trabalho em termos de origem dos trabalhadores, onde incluímos análises acerca da população ocupada, bem como de sua distribuição nos setores da economia.

Em um segundo momento, analisamos as novas demandas por trabalho instauradas com a implantação da cadeia carne/grãos a partir dos anos 2000, buscando fazer referência às mudanças/permanências, sobretudo, em termos do número de trabalhadores, do grau de instrução e de nível de renda. Nossa análise ficou focada no trabalho formal, tendo como base a avaliação de dados do Ministério do Trabalho – RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e de dados colhidos e inferidos nos trabalhos de campo realizados em 2006 e 2008.

O enfoque na avaliação de dados secundários fornecidos pela RAIS deveu-se às dificuldades em recolher dados primários referentes aos trabalhadores empregados na cadeia carne/grãos nos dois trabalhos de campo realizados. O ano 2000 foi selecionado por ser o marco da instauração de parcela da cadeia carne/grãos. A partir da avaliação da dinâmica do trabalho formal no ano 2007, dado mais atual apresentado pela RAIS para as categorias trabalhadas, foi possível estabelecer variações, verificando as mudanças/permanências no trabalho na produção de grãos e de aves de 2000 para 2007, tentando, porém, não perder de vista a dimensão deste processo produtivo em sua totalidade.

A cadeia produtiva que se instala na área de estudo realiza-se a partir da entrada de inovações técnicas em todas as etapas do processo produtivo, o que é viabilizado pela inclusão de novos objetos e ações. Com a entrada de inovações técnicas aplicadas no modelo técnico-produtivo instaurado com a cadeia carne/grãos, passa-se a novas demandas por trabalho, exigindo-se um trabalhador que saiba lidar com a técnica. Baseado no tripé técnica, ciência e informação, este modelo técnico-produtivo acontece transformando o “mundo do trabalho” e o espaço. Neste sentido, articulando a técnica, o trabalho e o espaço

em um constante processo de (re)organização espacial, pretendemos ainda compreender as recentes e profundas transformações espaciais que estão ocorrendo nos municípios em questão com a chegada de vultosos investimentos por parte de empresas de grande porte com destaque para a Sadia de Lucas do Rio Verde.

5.1 Formação atual do mercado de trabalho

O mercado de trabalho relaciona aqueles que procuram emprego e aqueles que o oferecem em um sistema em que há o estabelecimento de regras em termos de valores de remuneração e quantidade de horas trabalhadas, dentre outros fatores. O seu estudo se realiza no sentido de se perceber fenômenos relacionados à interação entre estes dois grupos, levando em conta a conjuntura social e econômica da região estudada.

Nessa perspectiva, conhecer a dinâmica demográfica dos municípios da área concentrada em agricultura moderna sob influência da BR-163 significa apreender o dinamismo de suas atividades econômicas, bem como a formação de seu mercado de trabalho. Afinal, os projetos agroindustriais nesta região e seu perfil urbano geram demandas específicas de mão-de-obra (BERNARDES, 2006), formando um mercado de trabalho particular. Como Moreno e Higa (2005, p. 72), entendemos que:

O ritmo de crescimento da população de uma determinada área, bem como sua distribuição espacial, vinculam-se mais à dinâmica do sistema produtivo regional (...). Desse modo, as razões das alterações no crescimento da população mato-grossense ao longo da sua história, assim como sua distribuição desigual pelo território, devem ser buscadas nas relações sociais que a produziram, as quais superam os fatores vegetativos.

O marco destas transformações está nas alterações do sistema produtivo decorrentes das inovações tecnológicas, que, simultaneamente, acarretam novas exigências de trabalho. Na tabela 5, podemos observar a dinâmica populacional em 2000, marco da “crise” do agronegócio e instauração da cadeia carne/grãos na área, dando-nos um parâmetro para estabelecer comparações, bem como a possibilidade de avaliar uma realidade mais recente em 2007.

Observando a tabela, constatamos que houve crescimento no total da população residente na área concentrada da agricultura moderna na BR-163, elevando o seu número de habitantes de 105.534 habitantes em 2000 para 146.931 em 2007, resultando em uma variação de 39,23%.

Tabela 5 - População residente por municípios da área concentrada da agricultura moderna na BR-163 (2000 e 2007)

Municípios	População total		Var Pop. Total (2000/07)
	2000	2007	
Diamantino	18.580	18.428	-0,82
Lucas do Rio Verde	19.316	30.741	59,15
Nova Mutum	14.818	24.368	64,45
Nova Ubiratã	5.654	7.782	37,64
Sorriso	35.605	55.134	54,85
Tapurah	11.561	10.478	-9,37
Total	105.534	146.931	39,23

Fonte: Censo Demográfico (2000) e Contagem (2007). Autor: Vieira, Nivea M.

Porém, quando passamos a avaliar a população de cada um dos seis municípios que compõem a área, vemos que os maiores ganhos estão localizados, em ordem, nos municípios de Nova Mutum (64,45%), Lucas do Rio Verde (59,15%) e Sorriso (54,85%). Não por acaso são justamente os municípios sede da cadeia carne/grãos, o que sinaliza o poder de atração populacional desta atividade.

Vindo ao encontro desse argumento, percebemos ainda que dos outros três municípios, Tapurah e Diamantino apresentaram decréscimos em sua população total, exibindo uma variação negativa de -9,37% e -0,82%, respectivamente. Para o mesmo período, neste grupo, apenas Nova Ubiratã apresentou crescimento (37,64% de aumento).

O crescimento populacional não se dá de maneira uniforme em todo o espaço. Este movimento é descontínuo e muitas vezes polarizado e depende do poder de atração da totalidade do espaço, onde a população urbana registra maior tendência de crescimento, sobrepondo a população rural. Portanto,

(...) esta forma de distribuição resulta do crescimento diferenciado da população e proporcional aos atrativos produtivos oferecidos por cada região. Logo, aquelas áreas dotadas de maior infra-estrutura e, conseqüentemente, onde há maiores investimentos são também aquelas que conseguem atrair maiores contingentes populacionais (MORENO e HIGA, 2005, p. 74).

Através da tabela (tabela 6) abaixo, podemos observar o crescimento da população ocupada e o percentual desta no total da população residente nos municípios sede da cadeia carne/grãos. Para o total do arranjo produtivo, o percentual da população ocupada passou de 13,80% em 2000 e 27,41% em 2007. Neste período, o município que mais se destacou foi Nova Mutum, passando de 13,94% em 2000 para 36,97% da população total em 2007. Através da análise destes dados, concluímos que os municípios sede da cadeia carne/grãos vêm aumentando sua capacidade de absorção de mão-de-obra, gerando mais empregos nos distintos setores da economia.

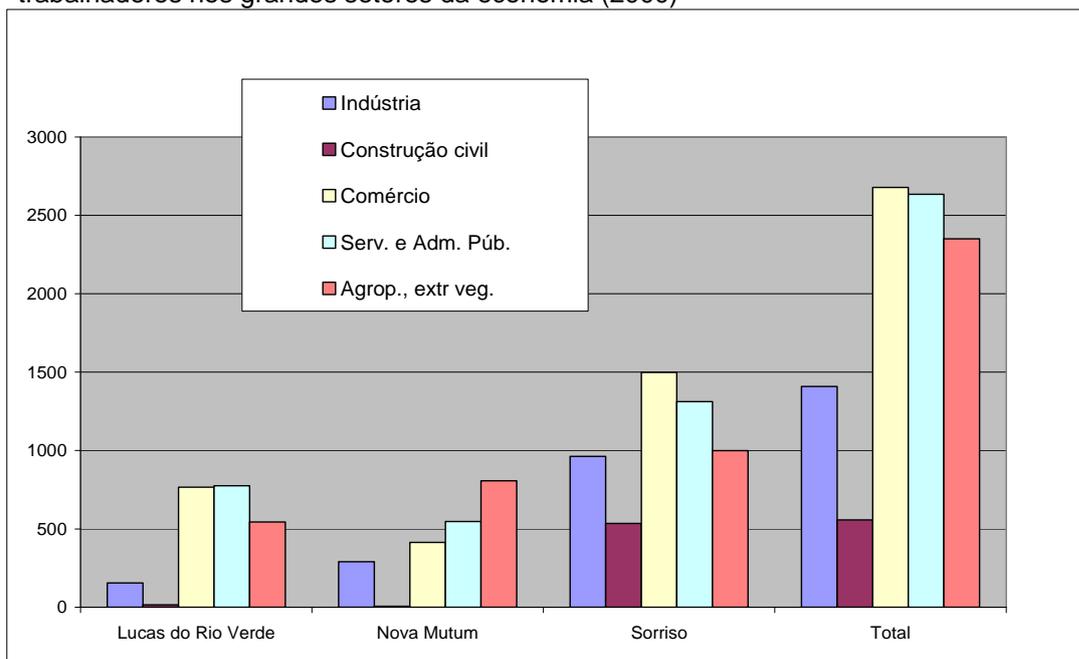
Tabela 6 - População residente e população ocupada por municípios sede da cadeia carne/grãos na BR-163 (2000 e 2007)

Municípios	2000			2007		
	Pop. Total	Pop. Ocup.	Pop. Ocup. (%)	Pop.Total	Pop. Ocup.	Pop. Ocup. (%)
Lucas do Rio Verde	19.316	2.255	11,67	30.741	8.685	28,25
Nova Mutum	14.818	2.066	13,94	24.368	9.008	36,97
Sorriso	35.605	5.306	14,90	55.134	12.521	22,71
Total	69.739	9.628	13,80	110.243	30.214	27,41

Fonte: Censo Demográfico (2000) e Contagem (2007) e RAIS - MTE. Autor: Vieira, Nívea M.

Nestes municípios, a população empregada está distribuída nos grandes setores da economia, a saber: Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Administração Pública e Agropecuária e Extrativismo Vegetal. No gráfico 3, apresentado abaixo, podemos observar o número de trabalhadores empregados formalmente em cada um destes setores.

Gráfico 3 - Municípios sede da cadeia carne/grãos da BR-163 por número de trabalhadores nos grandes setores da economia (2000)

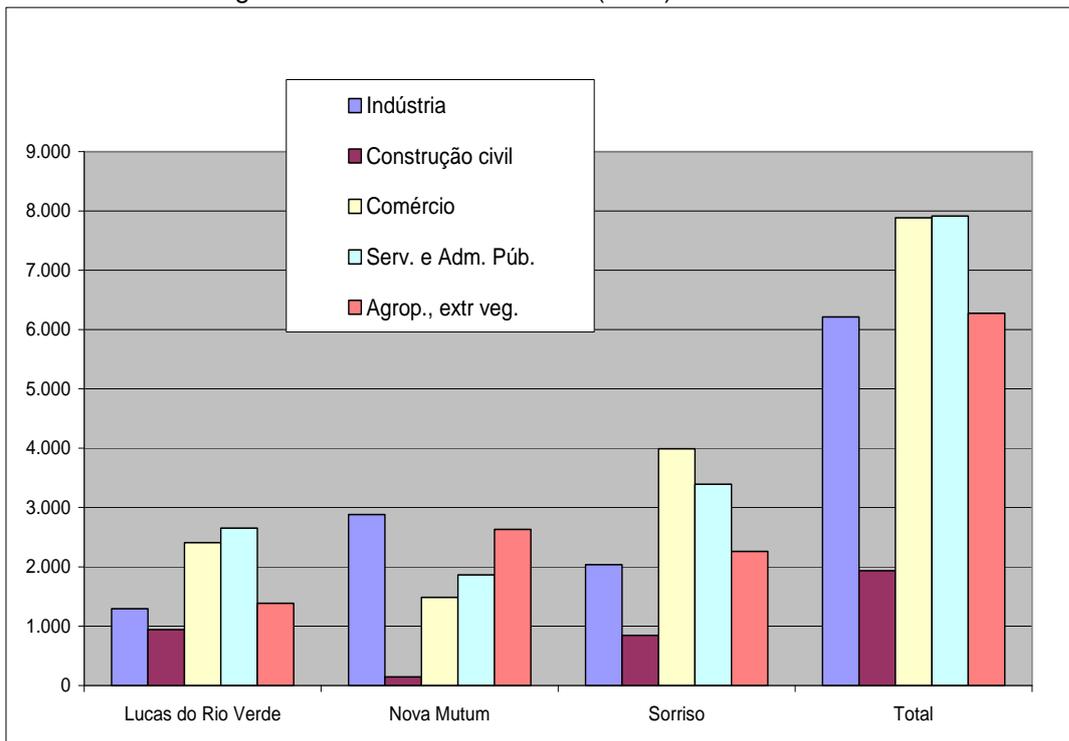


Fonte: RAIS - 2000. Autor: Vieira, N. M.

Observando o gráfico, percebemos que, em 2000, o Comércio era o setor que mais empregava trabalhadores, isto é, 2.678 trabalhadores. Com um número um pouco inferior, temos o setor de serviços e administração pública, registrando um total de 2.634 trabalhadores. Deve-se destacar ainda o setor de agropecuária com 2.350 trabalhadores. Respeitados os distintos valores, esta realidade se repete em cada um dos municípios analisados.

A fim de estabelecermos análises comparativas, apresentamos o gráfico 4, que nos revela o número de trabalhadores nestes setores em 2007. Serviços e administração pública e o comércio foram os setores que mais se destacaram, empregando, respectivamente, 7.911 e 7.884 trabalhadores. Logo após estão os setores de agropecuária e extrativismo vegetal e a indústria que, nesta ordem, apresentaram o registro de 6.275 e 6.211 trabalhadores formais. Contudo, cabe destacar o incremento da construção civil estritamente ligado ao crescimento populacional, já que engloba a construção de casas, de edifícios, de estradas e de outras infra-estruturas.

Gráfico 4 - Municípios sede da cadeia carne/grãos da BR-163 por número de trabalhadores nos grandes setores da economia (2007)



Fonte: RAIS - 2007. Autor: Vieira, N. M.

Ao compararmos 2000 com 2007, observamos o crescimento de todos os grandes setores da economia, o que indica o crescimento desses municípios motivado pela instauração da cadeia carne/grãos na área. Incrementados e dinamizados pela entrada de um novo modelo técnico-produtivo (re)organizador do espaço, estes setores se desenvolvem e se complexificam, buscando responder às novas demandas por produtos e serviços, havendo a geração de novos empregos.

Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso têm chamado a atenção pelo rápido desenvolvimento, primeiro movido pela força econômica da soja e do milho e, nos últimos anos, pela chegada de grandes empresas integradoras de aves e suínos, o que explica o grande crescimento das indústrias, especialmente das indústrias de transformação. Só de 2000 para 2007, este setor aumentou o número de empregos em 311,12% o que, corresponde a um acréscimo de 4.803 trabalhadores.

Os municípios sede da cadeia carne/grãos tornaram-se um pólo de atração de migrantes de diferentes áreas do país, que saíram de suas regiões de origem para ocuparem vagas de trabalho já acertadas ou não, tornando a migração um dos principais componentes de seu crescimento populacional. Entretanto, esses municípios realizam um intenso controle do processo de urbanização de suas

idades no que se refere à organização espacial, à segurança e ao próprio contingente populacional, fiscalizando a entrada de migrantes. Nos trabalhos de campo realizados, comprovou-se a existência de sutis mecanismos de controle populacional. Em Nova Mutum, através de entrevistas realizadas em órgãos públicos, privados e com pessoas comuns, coletamos relatos sobre a frequente entrada de pessoas vindas de outros municípios em busca de oportunidades de emprego, estas se alojam na casa de parentes ou, sem moradia, tentam habitar os espaços públicos, sendo, geralmente desencorajadas de permanecerem na cidade. Nesse sentido, ouviu-se o relato da tentativa de estabelecimento de uma família que ficava nas cercanias da cidade e na frente da prefeitura. Neste caso, a prefeitura pagou passagens para essas pessoas voltarem para a cidade de onde migraram.

Sobre o tema, o município de Lucas do Rio Verde vem investindo maciçamente na construção de casas padronizadas, obedecendo ao plano em grelha, sendo a maior preocupação evitar a favelização. Para isto, dentre outros mecanismos, na própria construção das casas, a cada esquina estabeleceram habitações diferenciadas voltadas para a moradia de policiais ou até professores como tentativa de controlar e garantir a segurança dos moradores e a “boa vizinhança”. Ressaltamos, entretanto, que, apesar das “facilidades”, por ora, oferecidas pelo governo para acesso às “casas populares”, morar na cidade é caro, podendo-se verificar considerável estratificação social através das casas presentes no centro da cidade.

O mercado de trabalho da região é constituído em grande parte por migrantes. Os trabalhadores mais qualificados, que ocupam cargos mais elevados e cargos de confiança são oriundos majoritariamente da região Sul do país, onde se destacam Paraná e Rio Grande do Sul, além da presença expressiva de pessoas oriundas do estado de São Paulo. Vale ressaltar, entretanto que, quando se refere aos imigrantes sazonais empregados diretamente em alguma etapa da produção que não requer alto grau de instrução, constata-se a significativa entrada de nordestinos.

Conforme informações obtidas em trabalho de campo (2008), no caso da unidade da Sadia de Lucas do Rio Verde, buscou-se trabalhadores nos estados do Maranhão, Pernambuco e Piauí e em cidades de Mato Grosso como Cuiabá, Sorriso e Sinop, ofertando empregos nas áreas operacionais, nos abatedouros de frangos e suínos e no setor de industrializados. O recrutamento realizou-se por uma empresa terceirizada que, fazendo a publicidade, esclareceu dúvidas

acerca das condições de trabalho, assumindo o papel de intermediária no sentido de convencer as pessoas a migrarem para Lucas do Rio Verde para trabalhar na Unidade Industrial da empresa. O objetivo era de levar várias famílias e/ou solteiros, buscando suprir a necessidade de mão-de-obra barata e pouco qualificada existente no município. Esta mão-de-obra, depois de empregada, passou por cursos de capacitação. As despesas com a viagem, incluindo os gastos com o transporte das mudanças, ficaram sob a responsabilidade da empregadora.

Como vimos, muitas pessoas migraram para trabalhar na construção civil, na agroindústria, no setor terciário. Dentre essas, muitas não obtiveram êxito na procura do emprego por não terem o perfil exigido. Percebendo o alto custo de vida, algumas retornaram para o seu local de origem. Outras permaneceram e estão empregadas, porém, o fluxo migratório continua e, pelo que verificamos em nosso trabalho de campo em 2008, a demanda por mão-de-obra tem sido bem maior do que a ofertada pelos municípios, o que, mais uma vez justifica a grande presença de migrantes.

Bernardes (2006) afirma que esses cenários de mudanças das correntes migratórias e de redistribuição da população, vinculados às mudanças nas atividades econômicas e oportunidades de trabalho, mostram que as atividades agroindustriais modernas, mesmo utilizando nível técnico elevado, menos exigente em quantidade de mão-de-obra, e apesar do controle dos governos locais no sentido de dificultarem a permanência de imigrantes, ainda assim, constituem as atividades que mais geram trabalho na área em estudo.

Sob essa perspectiva, passamos a analisar o trabalho na produção de grãos e, a posteriori, na criação de aves, na tentativa de configurar o perfil do trabalhador empregado nestes dois setores da cadeia carne/grãos no contexto do segmento avícola. Reconhecendo que estamos tratando apenas de uma pequena parcela do trabalho, intentamos não perder de vista a complexidade deste processo produtivo e de suas distintas demandas por trabalho.

5.2

O trabalho na produção de grãos

A montante da cadeia produtiva do segmento avícola, a produção de grãos é efetivada com o uso de elevado nível técnico, utilizando cada vez menos áreas em um contexto em que o desenvolvimento agrícola se torna, progressivamente,

mais dependente da dinâmica da indústria, tendo seu funcionamento determinado de maneira conjunta. É nesse contexto que pretendemos analisar o trabalho formal na etapa de produção de grãos no âmbito da cadeia produtiva em análise. Tendo como referência o estudo do segmento avícola, na produção de grãos, incluímos a mão-de-obra empregada nos cultivos de soja e de milho, grãos utilizados na composição das rações fabricadas para alimentar os frangos.

Esse processo de modernização está acompanhado de intensa busca por incremento da produtividade do trabalhador e do rendimento da terra, retornando para a empresa em forma de aumento do lucro e da rentabilidade, entendida como o percentual do capital investido. Assim, cada vez menos trabalhadores, acompanhados de maior qualificação, conseguem ser responsáveis por imensas áreas, especialmente, pelo uso e operação de máquinas, gerando assim um aumento da produtividade do trabalho. Funções mais especializadas passam a ter suma importância no processo produtivo, quando a necessidade de conhecimento científico se faz cada vez mais urgente em cada uma das etapas da produção.

Tabela 7 - Número de trabalhadores na produção de soja e grãos nos municípios sede da cadeia carne/grãos na BR-163 (2000 e 2007)

Municípios	2000	2007	Varição 2000-2007 (%)
Lucas do Rio Verde	171	1.300	660,23%
Nova Mutum	229	1.490	550,65%
Sorriso	455	1.955	329,68%
Total	855	4.745	454,97%

Fonte: RAIS, 2000 e 2007. Autor: Vieira, Nivea M.

Na tabela 7, apresentada acima, é possível avaliar que houve um significativo aumento do número de trabalhadores de 2000 para 2007 no total do arranjo produtivo constituído por Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso. O total do arranjo passou de 855 para 4.745 trabalhadores, o que significa uma variação de 454,97%, expressando a partir da demanda por mais trabalhadores, o aumento da magnitude da produção de grãos na área.

Em 2000, Sorriso foi o município que mais se destacou em valores absolutos, apresentando 455 trabalhadores, o que corresponde a 53% do total do arranjo produtivo. Em 2007, este município continuou se destacando como o

maior empregador de trabalhadores nos grãos (soja e milho) com um valor absoluto de 1.955 trabalhadores. Contudo, percebemos que, assim como Sorriso, os demais municípios também apresentaram significativo crescimento. Sorriso passou de 53% a 41% do total de trabalhadores do arranjo produtivo, apontando para uma maior distribuição da produção de grãos entre os demais municípios o que se deve, dentre outros fatores, ao aumento da demanda ligado à instauração da cadeia carne/grãos.

Em suma, nos aumentos na demanda por trabalhadores no cultivo de soja e grãos estão implícitos os acréscimos da produção de grãos na área e vice-versa. Nesta perspectiva, vale ressaltar ainda o caso de Lucas do Rio Verde, município que apresentou o maior aumento na variação do número de trabalhadores de 2000 para 2007, chegando a 660% de crescimento, importando relacionar este acréscimo de 1.130 trabalhadores de 2000 para 2007 à instalação da Sadia no município, iniciada em 2006.

Entretanto, apesar do acréscimo do número de trabalhadores na atividade analisada, quando relacionamos este número às quantidades produzidas, conforme valores que analisamos no terceiro capítulo desta dissertação, é possível relativizar o número de trabalhadores relacionados, indicando que as atividades agrícolas têm sido realizadas com a utilização de elevado nível técnico.

Tais mudanças no modelo técnico-produtivo, portanto, operam transformações no “mundo do trabalho”, promovendo uma necessária (re)organização espacial. A mecanização é empregada em todas as etapas da produção, sendo uma das inovações mais largamente difundidas dada sua capacidade de aumentar a produtividade do trabalho (ARACRI, 2009 apoiado em ELIAS, 2003). Necessitando de organização espacial como base para seu pleno uso, o espaço é reorganizado através da implantação de objetos técnicos, de infraestrutura, mas também de fluxos que, compondo-o, são reorganizados com destaque para os fluxos de trabalho e os fluxos migratórios com alto grau de importância (ARRUZZO, 2006).

Um mínimo de qualificação e de intimidade com o aparato técnico se faz necessário, tendo nos migrantes sulistas a principal fonte de trabalhadores com tais características. Estes são os que, em grande parte, conseguem ter acesso a regularização de sua força de trabalho, assim como a maiores possibilidades de se fixar em tais áreas (ARRUZZO, 2006), sendo, em sua maioria, os que constam nos dados oficiais e que demonstram a mudança do perfil do trabalhador com a implantação da cadeia carne/grãos.

A tabela 8 sinaliza essa nova tendência. Podemos observar o grau de instrução dos trabalhadores empregados na produção de grãos no contexto da cadeia produtiva em análise. Comparando os dados de 2000 e de 2007, percebemos a tendente demanda por trabalhadores mais escolarizados no setor.

Tabela 8 - Grau de instrução dos trabalhadores na produção de soja e grãos nos municípios sede da cadeia carne/grãos na BR-163 (2000 e 2007)

Municípios	Cultivo de soja e grãos	Analfabeto	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Ensino Superior	Total
			1º ao 5º ano (1º ciclo)	6º ao 9º ano (2º ciclo)			
Lucas do Rio Verde	2000	3	2	104	61	1	171
	2007	23	163	763	304	47	1.300
Nova Mutum	2000	6	16	192	13	2	229
	2007	19	57	853	512	49	1.490
Sorriso	2000	2	10	415	27	1	455
	2007	14	81	1.026	800	34	1.955
Total absoluto e Percentual	2000	11	28	711	101	4	855
		1,3%	3,3%	83,1%	11,8%	0,5%	100%
	2007	56	301	2.642	1.616	130	4.745
		1,2%	6,3%	55,7%	34,1%	2,7%	100%

Fonte: RAIS – MTE (2000 e 2007). Autor: Vieira, Nivea M.

Para 2000, no total do arranjo, 83% dos trabalhadores tinham o segundo ciclo do Ensino Fundamental. Com valores bem inferiores ao primeiro colocado, 11,8% do total, o segundo maior percentual correspondeu aos trabalhadores com o Ensino Médio completo, incompleto ou em andamento. Já os valores mais baixos foram apresentados nos dois extremos do quadro de instrução, onde se encontram os trabalhadores analfabetos de um lado e os trabalhadores com Ensino Superior de outro, correspondendo a 1,3% e a 0,5%, respectivamente.

Também em 2007, os dois maiores valores totais foram apresentados no segundo ciclo do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. 2.642, isto é, 55,7% dos trabalhadores tinham o Ensino Fundamental, enquanto 1.616 trabalhadores,

que correspondia a 34,1% tinham o Ensino Médio. Observamos, porém, que, diferente de 2000, os percentuais ficaram mais divididos entre estas duas categorias o que, além de sinalizar a demanda por maior qualificação do trabalhador, pode indicar o incentivo a continuação de seus estudos.

Comparando os valores de 2000 com os de 2007, importa ressaltar uma tendente redução de trabalhadores analfabetos. Por outro aspecto, é significativo o aumento do número de trabalhadores com Ensino Superior. De 4, este número passou para 130, o que, em percentual, significa 0,5% do total de trabalhadores de 2000 para 2,7% do total de trabalhadores em 2007. Os três municípios em estudo apresentaram significativos incrementos no número de trabalhadores com Ensino Superior, porém, Nova Mutum foi o município que mais se destacou, passando de 2 para 49 trabalhadores com este nível de escolaridade.

A partir da análise dos dados apresentados, além das considerações já colocadas, ressaltamos que, apesar do incremento do número de trabalhadores com maior grau de instrução, onde a maioria tem, pelo menos, o segundo ciclo do Ensino Fundamental, mesmo nesse contexto do “mercado de trabalho” formal, não há a eliminação dos trabalhadores com pouca ou nenhuma instrução. Por outro lado, os já qualificados são incentivados a continuarem os seus estudos e, por vezes, esta possibilidade é oferecida dentro da própria fazenda, seja no ensino regular e/ou em capacitações voltadas para a função ocupada por estes no processo produtivo. Portanto, torna-se fundamental o reconhecimento desta nova demanda por trabalhadores, o que denota a íntima associação entre trabalho e técnica, uma vez que, o uso intenso de elevado nível técnico na produção agrícola passa a exigir um trabalhador mais qualificado, capaz de atender às novas necessidades.

A importância e a vantagem da condição do trabalho formal estão baseadas na relação salarial que assegura direitos em doenças e acidentes, aposentadoria, 13º salário, férias remuneradas, permitindo uma participação mais ampla na vida social e no consumo. Porém, apesar de integrados, esses trabalhadores vivem um processo de subordinação e desigualdades, sendo possível distinguir uma estratificação complexa no seu interior, com variáveis níveis educacionais e de renda (BERNARDES, 2005). Sob esta perspectiva, através da tabela 9, avaliamos a renda média recebida pelos trabalhadores formais empregados na produção de grãos.

Tabela 9 - Renda Média (SM) dos trabalhadores na produção de soja e grãos nos municípios sede da cadeia carne/grãos na BR-163 (2000 e 2007)

Municípios	Cultivo de soja e grãos	Até 1 SM	1,01 a 3 SM	3,01 a 7 SM	Mais de 7 SM	Ignorado	Total
Lucas do Rio Verde	2000	28	103	37	3	0	171
	2007	104	953	215	16	12	1300
Nova Mutum	2000	45	158	25	1	0	229
	2007	142	917	397	24	10	1490
Sorriso	2000	104	298	47	6	0	455
	2007	46	1657	228	8	16	1955
Total absoluto e Percentual	2000	170	1020	434	27	10	1661
		10,2%	61,4%	26,1%	1,6%	0,6%	100%
	2007	91	1815	253	9	16	2184
		4,2%	83,1%	11,6%	0,4%	0,7%	100%

Fonte: RAIS – MTE (2000 e 2007). Autor: Vieira, Nivea M.

Analisando o arranjo produtivo para o ano de 2000, verificamos que do total de trabalhadores, 1.020 recebiam de 1,01 a 3 salários-mínimos, correspondendo a 64,4%. Somando 434 trabalhadores, 26,1%, o segundo maior destaque ficou na classe com renda média de 3,01 a 7 salários-mínimos.

Em 2007, essa realidade se mostrou similar. Novamente a maior parte dos trabalhadores, isto é, 1.815 trabalhadores, que corresponde a 83,1% do total, recebiam de 1,01 a 3 salários-mínimos. Por outro aspecto, 253 trabalhadores, ou seja, 11,6%, recebiam de 3,01 a 7 salários-mínimos. Respeitados os diferentes valores absolutos apresentados por cada um dos municípios, esta análise geral retrata bem a conjuntura de Lucas do Rio Verde, de Nova Mutum e de Sorriso tanto em 2000 quanto em 2007.

Constatamos ainda uma significativa redução de trabalhadores com remuneração de até um salário, uma vez que em 2000, estes valores correspondiam a 10,2% e, em 2007, compõem apenas 4,2% dos trabalhadores. Acreditamos que esta alteração esteja ligada às mudanças gerais no perfil do trabalhador formal, que passa a ser um pouco mais qualificado. Contudo, observamos também uma significativa diminuição do percentual de trabalhadores com remunerações mais elevadas, onde destacamos os que

recebem mais de 7 salários-mínimos, além da redução dos que recebem de 3,01 a 7 salários-mínimos de 2000 para 2007.

Podemos concluir que a maior qualificação exigida na produção de grãos raramente significa proporcional aumento de salário ou o ganho de um salário regular equiparado ao nível de qualificação demandado. As empresas formam um quadro de funcionários adequado as suas necessidades, permitindo, assim, a otimização de sua produção e a conseqüente elevação de seu lucro, pagando cada vez menos pela força de trabalho, tendo em vista as novas exigências feitas aos trabalhadores e a importância destes no processo produtivo.

A presença do trabalhador mais qualificado, com salários diferenciados e condições de produção do espaço mais privilegiadas, configura um quadro restrito. A baixa qualificação, pouquíssima familiaridade com as técnicas avançadas, precarização e o desemprego se fazem presentes. Como já evidenciado, o trabalho de baixa qualificação se tornou menor, mas continua sendo necessário em algumas fases e funções centrais da produção. Este é o trabalhador que, em geral, é nordestino e é utilizado em funções temporárias. É o trabalhador que migra em busca de emprego e é aproveitado durante a colheita, no carregamento de caminhões e ensacamento de sementes, por exemplo, que, acabado o serviço, em grande parte não encontra condições para se territorializar no local, e deve novamente migrar. Por dificilmente serem abordadas em dados oficiais, tais problemáticas só podem ser observadas no local (ARRUZZO, 2006).

No caso do cultivo de grãos, com destaque para a soja, para que seja possível o desmate da densa floresta ou para a pulverização nos alçodoais, são necessários muitos trabalhadores:

Em um primeiro momento, o da passagem do trator após a floresta ter sido queimada, alguns proprietários precisam de certa terceirização do trabalho, pois alugam tratores para limpar a terra. Posteriormente, muitos trabalhadores são necessários para recolher as raízes e restos revolvidos que sobram na terra. Esta é a função dos “catadores de raízes”, essencial, já que apenas um pedaço de raiz pode danificar caríssimas máquinas agrícolas (...). A função dos catadores de raízes não necessita de nenhuma qualificação e dura um tempo limitado. Grande parte dos trabalhadores empregados é de fora da área, em grande parte oriundos do Maranhão, e enfrentam na atividade péssimas condições de trabalho, alojamento e alimentação. Finalizado o trabalho, dificilmente conseguem formas de se estabelecer no município a não ser que encontrem outra função de baixa qualificação, em geral novamente temporária e informal (...). Em alguns municípios, encontramos a presença de “bairros de maranhenses” que possuem infra-estrutura bastante precária. Em outros municípios, produtores rurais nos informaram de ações da prefeitura em remover os migrantes, buscando devolvê-los”, colocando-os em ônibus que realizavam o trajeto de volta, sendo, portanto absolutamente negada sua permanência (ARRUZZO, 2006, p. 109-110).

Como bem coloca Bernardes (2005, p. 60), no atual sistema técnico agrícola,

Passa-se de um tempo marcado por um ritmo submetido ao controle ostensivo ao tempo do controle remoto, onde, para a obtenção de maior produtividade, o trabalhador opera máquinas de precisão sofisticadas em ambiente fechado, numa cabine com música e ar refrigerado, cercado por dispositivos transmissores de seu comportamento, como câmeras de controle, já que o tempo é precioso, levando ao controle contínuo do trabalhador, em todos os seus movimentos. Ou seja, impõe-se uma nova ordem, emergindo uma disciplina rígida do horário e sanções, simbolizando a irreversibilidade do tempo produtivo. É a técnica como instrumento de disciplina e de incremento da produtividade.

Configurado o perfil do trabalhador na produção de grãos no contexto da cadeia carne/grãos no segmento avícola, passamos a levantar características do trabalho na criação e no abate de aves.

5.3 O trabalho no segmento avícola

Passamos a analisar o trabalho, sobretudo, na criação de aves, buscando, porém, fornecer um panorama geral no abate²⁷, fazendo uma referência geral ao tipo de mão-de-obra demandado pelas agroindústrias. Neste sentido, destacamos a atuação da Sadia e da Perdigão no segmento avícola desenvolvido nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso no contexto de instauração da cadeia carne/grãos na área estudada.

Cabe lembrar que no estabelecimento do perfil do trabalhador e das relações de trabalho aqui analisadas, estão presentes acordos entre a figura da indústria integradora e do produtor rural integrado. Em linhas gerais:

(...) cabe à indústria integradora os custos da assistência técnica, do fornecimento e do transporte dos pintainhos e da ração, dos medicamentos e do transporte das aves da granja até o abatedouro. O produtor rural integrado arca com os custos da construção do barracão e da aquisição dos equipamentos, da mão-de-obra, da energia para iluminação, aquecimento e ventilação do aviário e da “cama” para forrar a granja (CARNEIRO, S. L. ET ALL, 2004).

Para exemplificar, no caso do frango de corte, o desenvolvimento da parceria, denominada integração, é o pagamento pela engorda da fase de pintinho ao frango adulto, que dura, em média, 45 dias. Os itens analisados para a remuneração do produtor na criação de frangos são: o índice de mortalidade, a

²⁷ Além dos trabalhadores empregados na criação e no abate, cabe destacar a necessidade de, pelo menos, um responsável técnico para as etapas de elaborações dos projetos de instalação e de manejo do aviário, de execução e de assistência técnica, apontando para a necessária dedicação permanente de certa mão-de-obra na propriedade.

ocorrência de doenças e a inspeção após o abate. Assim, a remuneração para o produtor, dependerá do bom manejo do aviário (CARNEIRO, S. L. ET ALL, Agosto de 2004).

Cresce cada vez mais a exigência por um produto ecologicamente correto, criações com animais menos estressados, entre outras. Para isto, as indústrias deverão contemplar a utilização de parâmetros técnicos mais rigorosos para o bem-estar das aves alojadas e evitar as barreiras comerciais impostas, principalmente, pelo mercado externo (CARNEIRO, S. L. ET ALL, 2004).

A tabela 10 apresenta a evolução do número de trabalhadores registrados na criação de aves na área concentrada da agricultura moderna da BR-163 nos anos de 2000, 2003, 2005 e 2007. Observando estes dados, percebemos que houve acréscimo do número de trabalhadores apenas nos três municípios, que temos identificado como sede da cadeia carne/grãos, totalizando uma variação de 284% de 2000 para 2007. Corroborando para reafirmar que Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso são sede desta cadeia produtiva, é possível afirmar a importância da instalação da Sadia e da Perdigão em relação às mudanças no mundo do trabalho e na totalidade da organização espacial destes municípios, tendo como pano de fundo transformações de significância no modelo técnico-produtivo utilizado.

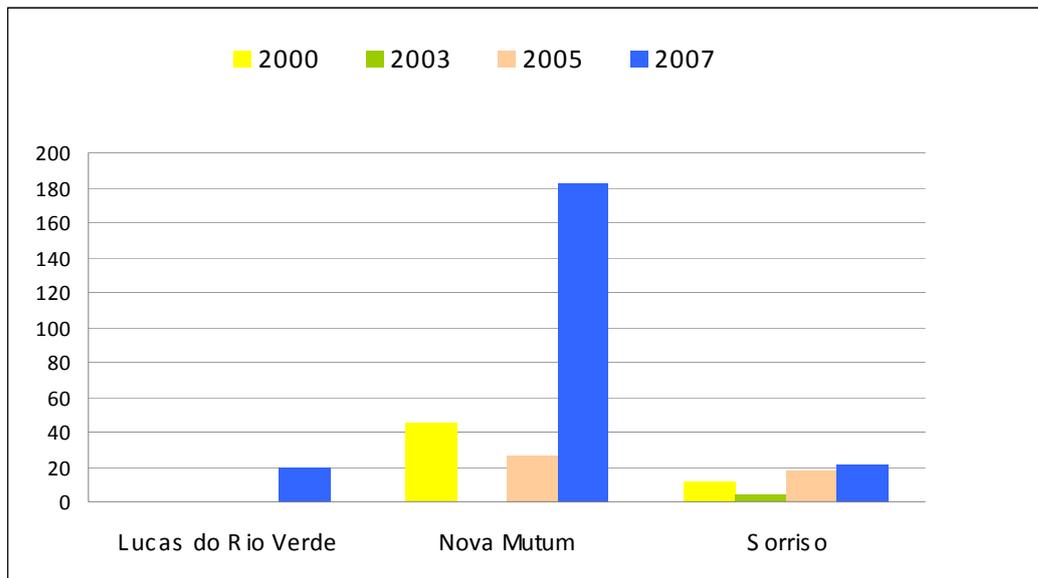
Tabela 10 - Número de trabalhadores na criação de aves por municípios da área concentrada da agricultura moderna da BR-163 (2000-2007)

Municípios	Criação de aves			
	2000	2003	2005	2007
Diamantino	1	0	0	0
Lucas do Rio Verde	0	0	0	20
Nova Mutum	45	0	26	182
Nova Ubiratã	0	0	0	0
Sorriso	12	4	18	21
Tapurah	0	0	0	0
Total	58	4	44	223

Fonte: RAIS (2000, 2003, 2005 e 2007). Autor: Vieira, Nivea M.

Sendo assim, no gráfico 5, passamos a apresentar apenas os dados referentes aos três municípios que sediam a cadeia produtiva em estudo, seguindo o parâmetro da análise dos trabalhadores na produção de grãos.

Gráfico 5 - Número de trabalhadores na criação de aves nos municípios sede da cadeia carne/grãos na área sob influência da BR-163 (2000, 2003, 2005 e 2007)



Fonte: RAIS – 2000, 2003, 2005 e 2007. Autor: Vieira, Nivea M.

Os dados demonstram o crescimento do número de trabalhadores nos três municípios. Com a presença da Perdigão, Nova Mutum foi o município que mais se destacou, passando de 45 para 182 trabalhadores de 2000 para 2007. Lucas do Rio Verde, que até 2005 não apresentou trabalhadores na criação de aves, em 2007, apresenta um total de 20 trabalhadores. Relacionamos este crescimento no emprego de trabalhadores com vínculo empregatício na criação de aves à instalação de empresas de grande monta no setor agroindustrial, especialmente, no segmento avícola, com destaque para a instalação da Sadia em Lucas do Rio Verde realizada em 2006.

Observamos, porém, que esses acréscimos no número de trabalhadores são ínfimos, quando comparados à escala de produção alcançada, o que aponta para a desproporcional relação entre produção e contratação de empregos formais, expressando, assim o intenso emprego de técnica/tecnologia no setor.

As novas demandas por trabalho não se modificam apenas em termos de quantidade. Há profundas transformações do mundo do trabalho, principalmente no que tange ao perfil de trabalhador requerido, o que podemos vislumbrar por meio da análise da tabela 11 em que apresentamos o grau de instrução dos trabalhadores na criação de aves.

Em 2000, a maior parte dos trabalhadores do total do arranjo produtivo, isto é, 64,9% tinha o segundo ciclo do Ensino Fundamental, enquanto 29,8% apresentaram o Ensino Médio, percentuais que, em valores absolutos, correspondem a 37 e 17 trabalhadores, respectivamente.

Para 2007, percebemos que, mesmo com o aumento do número de trabalhadores, a exigência de qualificação seguiu um padrão semelhante ao identificado em 2000. Assim, 49,8%, isto é, 111 dos trabalhadores apresentaram o segundo ciclo do Ensino Fundamental. Nesta perspectiva, bem próximo deste valor ficou o percentual de trabalhadores com Ensino Médio, que correspondeu a 43,9%, ou seja, 98 trabalhadores.

Tabela 11 - Grau de instrução dos trabalhadores na criação de aves por municípios sede da cadeia carne/grãos na BR-163 (2000 e 2007)

Municípios	Criação de aves	Analfabeto	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Ensino Superior	Total
			1º ao 5º ano (1º ciclo)	6º ao 9º ano (2º ciclo)			
Lucas do Rio Verde	2000	0	0	0	0	0	0
	2007	0	2	8	7	3	20
Nova Mutum	2000	0	1	27	15	2	45
	2007	1	0	96	77	8	182
Sorriso	2000	0	0	10	2	0	12
	2007	0	0	7	14	0	21
Total absoluto e Percentual	2000	0	1	37	17	2	57
		0,0%	1,7%	64,9%	29,8%	3,5%	100%
	2007	1	2	111	98	11	223
		0,4%	0,9%	49,8%	43,9%	4,9%	100%

Fonte: RAIS (2000 e 2007). Autor: Vieira, Nivea M.

Cabe ressaltar que, em 2000, não se constatou qualquer registro de trabalhadores formais sem escolaridade alguma, havendo a anotação de apenas 1 trabalhador classificado como analfabeto em 2007. Por sua vez, de 2000 para 2007, o maior acréscimo de trabalhadores foi identificado no Ensino Médio,

passando de 29,8% para 43,9% do total de trabalhadores dos respectivos anos analisados. Além disto, houve aumento do número absoluto e percentual dos trabalhadores com Ensino Superior, passando de 2 para 11 trabalhadores, valores que, em percentual, correspondem a 3,5% em 2000 e 4,9% em 2007.

Em outras palavras, o trabalhador empregado, hoje, no segmento avícola em crescimento no arranjo produtivo formado por Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, é cada vez mais exigido em termos de grau de escolaridade. Precisa ser mais instruído e conhecer bem o processo produtivo, especialmente, no que estiver relacionado ao seu cargo/função. Exige-se um trabalhador mais qualificado e que saiba lidar com os aparatos técnicos utilizados.

O trabalho no setor também exhibe suas especificidades em termos de remuneração paga aos trabalhadores, o que podemos averiguar através da tabela 12. Apresentada abaixo, nos traz informações acerca da renda média mensal em salários-mínimos dos trabalhadores empregados formalmente na criação de aves.

Tabela 12 - Renda Média (S.M.) dos trabalhadores na criação de aves por municípios sede da cadeia carne/grãos na BR-163 (2000 e 2007)

Municípios	Criação de aves	Até 1 SM	1,01 a 3 SM	3,01 a 7 SM	Mais de 7 SM	Ignorado	Total
Lucas do Rio Verde	2000	0	0	0	0	0	0
	2007	0	16	4	0	0	20
Nova Mutum	2000	1	37	7	0	0	45
	2007	2	163	10	6	1	182
Sorriso	2000	0	12	0	0	0	12
	2007	4	16	1	0	0	21
Total absoluto e Percentual	2000	1	49	7	0	0	57
		1,7%	86,0%	12,3%	0,0%	0,0%	100%
	2007	6	195	15	6	1	223
		2,7%	87,4%	6,7%	2,7%	0,4%	100%

Fonte: RAIS. (2000 e 2007). Autor: Vieira, Nivea M.

No que tange ao total do arranjo produtivo, percebemos que a maior parte dos trabalhadores recebe de 1 a 3 salários-mínimos, correspondendo a 86% do

total de trabalhadores para 2000. Em 2007, este percentual passou para 87,4%, abrangendo um número absoluto de 195 trabalhadores.

Destacamos ainda, que de 2000 para 2007, houve uma redução pela metade do percentual dos trabalhadores com salários na faixa de 3,01 a 7 salários-mínimos, passando de 12,3% do total de trabalhadores do arranjo produtivo em 2000 para 6,7% do total em 2007. Porém, houve um pequeno incremento de trabalhadores recebendo mais de 7 salários-mínimos. Enquanto em 2000 não havia trabalhadores nesta faixa salarial, em 2007, há registros de que 2,7% de trabalhadores recebiam uma remuneração nesta média.

A realidade identificada nos mostra que as novas exigências em termos de qualificação dos trabalhadores não estabelecem relações diretas com aumentos no salário. De fato, os trabalhadores melhor remunerados representam um percentual muito pequeno e elevado grau de escolaridade e especialização na função/cargo ocupado no processo produtivo. A remuneração recebida pelos trabalhadores interfere diretamente na maneira como vão se inserir na sociedade, sendo um dos principais promotores das desigualdades socioespaciais expressas em termos de moradia e de acesso a determinados bens e serviços, dentre outros.

Antes de apresentarmos o gráfico 6, que nos traz o número de trabalhadores empregados no abate no período de 2000 até 2007, esclarecemos as principais fases desta etapa da cadeia produtiva avícola.

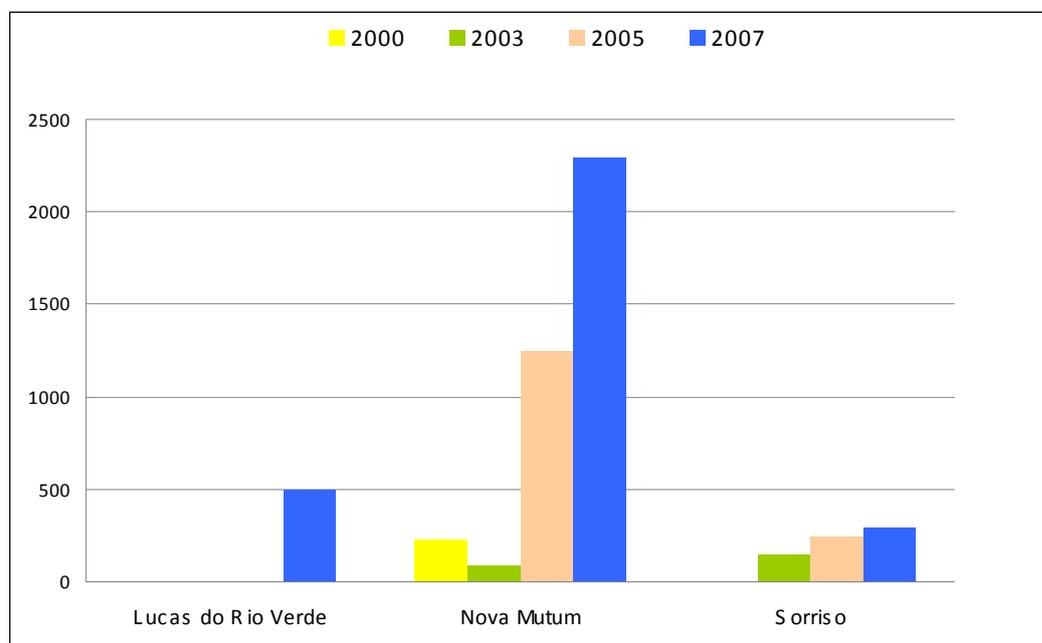
De acordo com Sarcinelli et al (2007), o abate consiste nas seguintes fases: *Insensibilização* – processo que dura 7 segundos e é feito para que não ocorra o sofrimento da ave. *Sangria* – é um processo passivo, que pode ser acelerado pelo bombeamento cardíaco. *Escalda* – nesta etapa há o afrouxamento das pernas das aves, tendo um tempo ideal a ser obedecido para que se tenha o resultado esperado e para que fases seguintes, como a depenagem, sejam realizadas com sucesso. *Depenagem* – é o processo de retirada das penas feita através de um rolo, que não machuca a carcaça. *Evisceração* – antes da realização deste processo, as aves são lavadas em chuveiros de aspersão. As vísceras são expostas, examinadas e separadas. *Pré-resfriamento* – esta fase consiste na imersão em tanques de inox a uma temperatura de 10-18°C, durante 12 minutos, com 2 litros de água por ave. *Resfriamento* – ocorre com uma temperatura de 2°C durante 17 minutos, sendo necessário 1,5 litros de água por ave. *Gotejamento* – dura 3 minutos e o ideal é que, no máximo, 8% de água seja absorvida. *Classificação* – as aves podem ser classificadas em frangos inteiros ou em frangos em cortes. Aves com lesões têm

aproveitamento parcial para cortes. A tipificação é realizada pelo peso ou de acordo com o desejo do comprador. *Embalagem* – normalmente, as carcaças são embaladas a vácuo. *Tempo de armazenamento* – dependendo da temperatura do refrigerador, é possível ter maior ou menor durabilidade, onde o armazenamento em frigoríficos pode chegar a 18 meses.

Observadas as fases do abate, percebemos a importância desta etapa na cadeia produtiva de aves, inclusive no que tange à posterior industrialização, vendo em cada uma de suas fases a fundamental demanda por trabalhadores capacitados para lidar com as especificidades do trabalho realizado, incluindo aí o intenso uso de tecnologia.

Ressaltamos que os dados referentes aos trabalhadores empregados no abate apresentados no gráfico 6, que segue abaixo, só é apresentado pela RAIS, incluindo os trabalhadores no abate de suínos e outros animais de pequeno porte. Nesta perspectiva, analisamos apenas o número de trabalhadores, lembrando que focamos este estudo nas etapas de produção de grãos e na criação de aves.

Gráfico 6 - Número de trabalhadores no abate de suínos, aves e outros pequenos animais nos municípios sede da cadeia carne/grãos na área sob influência da BR-163 (2000, 2003, 2005 e 2007)



Fonte: RAIS – 2000, 2003, 2005 e 2007. Autor: Vieira, Nivea M.

Analisando o gráfico, fica evidente a evolução do número de trabalhadores no abate de aves, o que está em consonância com o processo de instalação e atual desenvolvimento do segmento avícola na área. Houve crescimento em

todos os três municípios com destaque para Nova Mutum, que passou de 225 trabalhadores em 2000 para 2.292 trabalhadores em 2007.

Contudo, ressaltamos o caso de Lucas do Rio Verde, que, assim como observamos na criação de aves, até a chegada da Sadia em 2006, não apresentava qualquer desenvolvimento no segmento avícola. A instalação da Sadia é, portanto, um marco para o município, possibilitando o registro de 502 trabalhadores no abate de aves em 2007, mais do que em Sorriso, que apresentando um crescimento constante, totalizou 291 trabalhadores em 2007.

Por meio das análises de mudanças em termos de trabalho na produção de grãos e na criação de aves realizadas no contexto da complexa cadeia carne/grãos, buscamos configurar o perfil geral dos trabalhadores empregados em apenas duas das etapas deste processo produtivo. Contudo, temos consciência de que estamos olhando uma parte de um todo, onde em cada setor há exigências específicas em termos de técnica e perfil de trabalhador com “regras” estabelecidas pelas relações de trabalho.

A Sadia é o principal ator da cadeia produtiva que se instala na área de estudo. Em Lucas do Rio Verde, a planta da Sadia conta com granjas de suínos e de aves, armazenamento de cereais, produção de ração, incubatório de pintos de corte e abate de aves e suínos. Com investimentos da ordem de 300 milhões de reais, em 2008, ano em que realizamos o último trabalho de campo, possuía 2.000 funcionários, prevendo a geração de mais 4.000 empregos diretos e outros 18 mil empregos indiretos na região.

Em Sorriso, destacamos a integradora Anhambi na produção de frangos e em Nova Mutum, o complexo da Perdigão, industrializando suínos e aves com vistas a alcançar a produção de cerca de 300 mil frangos/dia até 2008. Todas se articulam com as regiões produtoras de grãos, o que significa o aumento da demanda por soja e milho (ração), agregando maior valor à “cadeia da soja” ao objetivar reduzir o espaço entre a produção primária e o consumo, o que implica no retorno mais rápido do capital (PRODUTOR RURAL, 2007).

Há a demanda por distintos tipos de trabalhadores com qualificações diferenciadas, os quais são submetidos a cursos de capacitação oferecidos pelas empresas, podendo ser realizados por meio de intercâmbios em outras unidades. Assim, os que participam de tais capacitações, passam a ser multiplicadores do que aprenderam.

Geralmente, os trabalhadores com menor grau de instrução ocupam cargos operacionais, atuando em abatedouros e frigoríficos de frango e de suínos e no setor de industrializados. Para exemplificar a realidade apontada,

identificamos um anúncio de seleção para a indústria de alimentos da unidade da Perdigão em Nova Mutum realizada em parceria com o Sistema Nacional de Emprego em Mato Grosso (Sine-MT) em agosto de 2009. Nesta, a empresa ofereceu 50 vagas para o cargo de auxiliar de produção, exigindo dos trabalhadores idade mínima de 18 anos e o primeiro ciclo do Ensino Fundamental completo. Os interessados deveriam comparecer a uma entrevista munidos de carteira de trabalho, RG e CPF. Não havendo exigências de experiência na área, a Perdigão apenas estabeleceu como critério a disponibilidade imediata para mudança (PERDIGÃO, 2006).

Os trabalhadores mais escolarizados, por outro lado, ocupam cargos mais elevados. Nesse sentido, ressaltamos a existência do “Programa de *Trainee* Sadia 2010”, que objetiva identificar e formar profissionais para cargos estratégicos da companhia. Este inclui *job rotation* de dez meses em unidades da Sadia do Brasil e do mercado externo, onde os participantes são convidados a conhecer toda a cadeia produtiva, do agronegócio ao consumidor final. Após este período, os profissionais receberão formação em uma área específica de acordo com seu perfil durante um período de 36 meses, contando sempre com o acompanhamento de gestores da empresa (SADIA, 2009).

Com o slogan “Queremos o seu melhor, e você?”, o programa seleciona jovens profissionais, preparando-os para assumir cargos estratégicos e gerenciais em curto/médio prazo. A inscrição foi aberta para candidatos de todo o Brasil e foi destinada a estudantes universitários que estivessem cursando o último semestre da faculdade em 2009 e profissionais formados em 2008, que já atuassem ou não na empresa. Neste caso específico, os candidatos deveriam ser graduados em Administração, Ciências Contábeis, Economia, Engenharias, Estatística, Matemática, Propaganda e marketing ou Relações Internacionais, sendo necessário ter inglês fluente, domínio de informática e disponibilidade para viajar e trabalhar em outras cidades. O Programa de *Trainees* da Sadia é um dos mais concorridos da indústria brasileira, tendo ultrapassado o número de 16 mil candidatos em 2008.

A empresa pretende atrair, desenvolver e reter jovens talentos com perfil adequado às necessidades atuais e futuras. Rigorosa em sua seleção, após o fechamento das inscrições, a empresa fará uma primeira triagem dos currículos e oferecerá uma prova de inglês e raciocínio lógico pela internet aos pré-selecionados. Posteriormente, os aprovados participarão de etapas presenciais com avaliação de competências, teste oral de inglês, realização de *cases* de negócios e entrevistas individuais, sendo todas as etapas de caráter eliminatório.

Importa ressaltar ainda que a união entre a Sadia e a Perdigão efetivada este ano, poderá estabelecer mudanças nas exigências por trabalho, especialmente em termos quantitativos, alterando o quadro de empregos na totalidade dos municípios sede da cadeia carne/grãos na BR-163 mato-grossense, sendo possível sinalizar perspectivas de mudanças no setor avícola. Os funcionários da Sadia e da Perdigão já temem cortes na empresa, passando a conviver mais intensamente com a possibilidade de perda do emprego sempre presente em situações como esta. O clima é de instabilidade entre os funcionários: “Não sabemos como serão distribuídas as tarefas após a formalização da fusão, nem se seremos mantidos no quadro da empresa”, disse por telefone um colaborador da planta de Nova Mutum” (MACIEL, 2009. Jornal Oeste – Cáceres, 30/05/09).

Contudo, na data, o presidente do Conselho de Administração da Sadia, Luiz Fernando Furlan, afirmou não existir plano de demissão em andamento na unidade de Nova Mutum. Afirma ainda que a intenção é expandir a produção e conquistar novos mercados, o que, segundo ele, aumentará a demanda por trabalhadores. Estudiosos afirmam, entretanto, que, apesar da empresa garantir que não haverá demissões, o “enxugamento” do quadro de funcionários é quase um processo natural entre as empresas. Nesse sentido, o professor de Economia Agrícola da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Benedito Dias Pereira, afirmou o que se segue em matéria publicada pelo Jornal Oeste em 30/05/09 (MACIEL, 2009):

É difícil acreditar que em uma mesma cidade ou região – caso da Sadia em Lucas do Rio Verde, e da Perdigão, em Nova Mutum, ambas localizadas na região do Médio Norte estadual, a apenas 90 quilômetros de distância uma da outra – não ocorra um processo de demissão. Haverá, sim, cortes no médio prazo e o desemprego acabará acontecendo.

Enfim, o quadro de mudanças instaurado com a chegada da cadeia carne/grãos resulta em certa (re)organização do arranjo espacial existente, onde, por meio da entrada de novos objetos como tratores e silos de alta capacidade de armazenamento de grãos, aviários, fábricas de ração e seus equipamentos, há a entrada de novos fluxos, que compreendem à comercialização, ao transporte, aos intercâmbios de informações e capitais, entre outros. Neste contexto, há a instauração de um novo sistema de ações vinculado às relações sociais que comandam tais objetos, assim como seus fluxos (SANTOS, 1985 e 2006).

Desenvolvida com base na técnica, na ciência e na informação, a cadeia avícola apresenta específicas demandas por trabalho em cada fase de seu processo produtivo. Em busca da otimização de cada fase da produção, busca ampliar o domínio do tempo e o controle do espaço, produzindo um arranjo espacial capaz de viabilizar e tornar este processo não só possível, como eficiente. Tratamos, portanto, da técnica, que transforma e é transformada pelo trabalho, promovendo a produção do espaço, (re)organizado de forma a atender os objetivos propostos. É sob essa perspectiva que passamos para o último subcapítulo desta dissertação, onde discorreremos mais diretamente acerca da interrelação entre a técnica e o trabalho, chamando a atenção para as repercussões espaciais resultantes do processo de instauração da cadeia carne/grãos na área estudada.

5.4

Técnica e trabalho em suas repercussões espaciais

O processo de tecnificação instaurado na área em estudo gera uma integração cada vez maior entre agricultura e indústria, levando ao surgimento de novos grupos e nova atuação do Estado, que aparece como responsável pela criação de infraestruturas promotoras da integração entre os dois setores (FREIRE FILHO, 2006 apoiado em SILVA, 1996), viabilizando, atualmente, a formação da cadeia carne/grãos.

Nesse sentido, tendo em vista o expressivo aporte de investimentos realizados pelas empresas instaladas nos municípios sede da cadeia carne/grãos na área estudada, com destaque para a unidade da Sadia em Lucas do Rio Verde, passamos a tratar, mais especificamente, das repercussões espaciais resultantes da atuação de tais empresas na área concentrada da agricultura moderna, onde recorreremos a mudanças no urbano, nos setores da economia e na dinâmica demográfica, por exemplo. Realizamos tais análises, chamando a atenção para as transformações nas relações de trabalho, abordando a interrelação entre técnica, trabalho e (re)organização espacial na conformação desta cadeia produtiva.

Baseados na intrínseca relação entre técnica, trabalho e espaço, os processos em curso para a instalação da cadeia carne/grãos na área concentrada da agricultura moderna têm promovido o desenvolvimento de ações, resultando na entrada de novos fixos articulados por novos fluxos. Tais processos se expressam em termos de (re)organização do trabalho e do espaço, quando o último passa a ser dotado de novas formas-conteúdo, com a

instauração de funções, associadas a novas estruturas, processos viabilizados pelo estabelecimento de um meio técnico-científico-informacional desenvolvido para atender às demandas do modelo técnico-produtivo adotado, considerações as quais chegamos a partir de leituras de Santos (1985, 1988, 2006).

Portanto, a técnica não é composta somente por objetos, mas também de ações técnicas, destacadamente no que se refere à organização da produção (ELLUL, 1968). O trabalho, estruturador central do espaço, é técnico por estar relacionado a objetos técnicos como máquinas, sendo técnico em si como aponta Arruzzo (2006, p. 102): “A ação é técnica, a organização da produção e do trabalho é técnica, o trabalho é técnica, mesmo o científico”.

A instrumentalização do espaço se expressa na introdução de novas tecnologias que alcançam os sistemas produtivos de transportes e de comunicações, permitindo a criação de redes geográficas e o estabelecimento de interações espaciais no contexto da cadeia carne/grãos. As localizações, articuladas via fluxos, favorecem as trocas e permitem que a realização das interações espaciais ocorram mediante os atributos das localizações e das possibilidades reais de se articularem entre si. Tais interações espaciais incluem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico, podendo apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de suas ocorrências e, de acordo com a distância e direção, caracterizar-se por distintos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades (CORRÊA, 2006).

É assim que no eixo da BR-163, apesar das grandes extensões entre os municípios, a fluidez da circulação se intensifica, permitindo a comunicação mais imediata entre pontos geograficamente distantes no espaço (HARVEY, 1996). Como coloca Cardoso (2008), a Sadia é um bom exemplo deste fenômeno, uma vez que sua sede principal ainda está instalada em São Paulo, bem como as atividades de logística e *marketing*, de onde partem ações e tomadas de decisão para todo o país.

Há um significativo crescimento econômico com a geração de novas atividades e infraestruturas, bem como com a atração de outros investimentos por parte de empresas que se beneficiam das atividades alavancadas pelos municípios a partir da entrada da Sadia em Lucas do Rio Verde, da Perdigão em Nova Mutum e da Anhambi em Sorriso. Com base no que defendem autores como Harvey (1996) e Santos (2006), percebemos que esse crescimento é desigual no espaço e no tempo e não atinge a todos de igual modo, beneficiando parcela muito pequena da população, composta, principalmente, pelos grandes

proprietários de terras e por uma elite política local, quase sempre formada por grandes empresários ou representando seus interesses. Estes têm condição de participar do estabelecimento e da distribuição dos novos objetos, possuindo condições de diversificar e agregar valor à produção (BERNARDES, 2008).

Assim:

(...) na medida em que só os que dispõem de grandes capitais, muita terra e outros acessos podem diversificar, instala-se a competição entre os diferentes capitais e os limites para a diversificação estão colocados, conduzindo à venda de terras, à queda no seu preço e à concentração nas mãos de grandes empresários. Estamos falando da instalação das novas cadeias produtivas, das novas estratégias de ocupação, da antecipação espacial, estamos falando de poder, que pressupõe competitividade e de como ação, tempo e espaço se podem traduzir em poder, a exemplo dos protagonistas que o disputam (BERNARDES, 2008, p. 259).

A concentração de terras e a conseqüente falta de espaço para os pequenos produtores, vêm sendo cada vez mais intensificadas pela venda de terras por parte de produtores com módulos inferiores a 500 hectares e pela compra por parte dos grandes empresários agrícolas no caso de Lucas do Rio Verde (CARDOSO, 2008). Além disso, em entrevista, conforme informações fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município, em virtude dos elevados custos de produção e investimentos necessários, para que os cultivos sejam competitivos é necessário que o produtor detenha, minimamente, mais de 500 hectares para que alcance êxito em suas safras. Assim, os pequenos agricultores, responsáveis pela produção de verduras, legumes e hortaliças muitas vezes são obrigados a vender as terras que possuem. Como parcela considerável das terras está sendo destinada às atividades do agronegócio em detrimento da produção para o mercado interno, o abastecimento com gêneros de hortifruti, por exemplo, é realizado com produtos provenientes de fora do município.

Os pequenos produtores não encontram espaço nem êxito na produção de grãos e, muito menos, na inserção nas atividades da cadeia avícola, o que é reforçado com as dificuldades na obtenção de créditos e financiamentos junto ao Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos, acabando por permanecer à margem dos novos processos que se instalam, o que se agrava, em função da elevação do preço da terra e do custo de vida.

A prática da diversificação beneficiou a grande empresa, bem como a concentração fundiária e a concentração do poder político. A polarização da cadeia carne/grãos nesta área vem eliminando produtores menores e privilegiando os maiores, incluindo, pelo menos, as esferas econômica e política,

uma vez que, de certa forma, grandes produtores e empresários são também detentores do poder político (CARDOSO, 2008).

Na medida em que o campo se moderniza, aumentam as necessidades de máquinas, complementos, insumos materiais e intelectuais com vistas a atender à produção, evidenciando a incorporação de ciência e informação às áreas rurais. As atividades de regulação da produção são acompanhadas de uma necessidade de ampliação da oferta de produtos e serviços voltados à produção no âmbito da cadeia carne/grãos. As cidades presentes nos municípios estudados passam a ser responsáveis por responder às crescentes demandas por tais produtos e serviços, que devem estar disponíveis nas áreas urbanas, especialmente reorganizadas para atender às novas necessidades. Neste sentido, Freire Filho (2006) afirma a supremacia que os espaços urbanos passam a adquirir sobre as áreas rurais que se tornam *locus* de uma produção gerida e abastecida de insumos pelo espaço urbano. Mais do que isto, nos levando a reelaborações acerca do que é rural e do que é urbano, em verdade, se estabelece uma relação de interdependência mais clara entre estas duas esferas não dicotômicas:

Essa separação entre a cidade e o campo cada vez mais se torna escamoteada entre relações de produção e consumo altamente modernas, muitas vezes comandadas por atores que extrapolam os limites das cidades onde acontecem, nos encaminhamos cada vez mais para o que Lefebvre chama de uma sociedade urbana, baseada na urbanização completa da sociedade (FREIRE FILHO, 2006, p. 62)

Os municípios sede da cadeia produtiva apresentam forte concentração e especialização em termos de serviços e produtos oferecidos, tanto os voltados à cadeia, quanto aos de consumo populacional, o que também se constitui em um fator de atração de investimentos e população. O fenômeno urbano se expressa no comércio, no crédito, nas consultorias e com o crescimento das funções técnicas e administrativas das empresas rurais e agroindustriais, cria a demanda por profissionais de vivência urbana. Em geral, as cidades aumentam o acesso à educação e à especialização, mesmo que restrito a uns poucos detentores de capital, com a presença de cursos de formação de técnicos agrícolas e, até mesmo, de universidades, onde, não fosse a alta especialização do campo, esses serviços não teriam consumidores (FREIRE FILHO, 2006). Torna-se, portanto, impossível dissociar o urbano e o rural.

O espaço compreendido como meio técnico-científico-informacional, constituído por sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2006),

impõe à sociedade novas práticas e reajustes de velhas práticas e, dentre outras mudanças, demanda transformações no “mercado de trabalho”. Apesar de termos focado o trabalho formal, reconhecemos a coexistência cada vez mais evidente da formalidade e da informalidade como duas faces da totalidade do mundo do trabalho.

Entendemos como Silva (2005)²⁸, embora em contextos distintos, que as mutações no trabalho têm transparecido no surgimento de novas profissões, na demanda por mão-de-obra mais escolarizada, nas inovações de tarefas, nas multifunções, na atualização no uso da tecnologia, processos que, hoje, respeitadas as diferenças em termos de volume e complexidade, se estendem do urbano ao rural. Este processo integra e fragmenta, simultaneamente, já que modernizando, segrega ou inclui precariamente a massa de trabalhadores com baixa qualificação profissional, trabalhadores precariamente incluídos por dificuldades de se adequarem às novas demandas por trabalho, sendo suas ocupações reduzidas ou quase extintas (SILVA, 2005). Uma gama de novas profissões ou antigas, que são reformuladas compõe a mão-de-obra especializada utilizada na cadeia carne/grãos. Assim, em consonância com Elias (2006), em seu estudo do semi-árido e dos cerrados do Nordeste brasileiro, percebemos em nossa área de estudo que:

(...) o mercado de trabalho apresenta-se cada vez mais seletivo e o capital investido em máquinas e equipamentos vem se intensificando rapidamente, provocando o desemprego tecnológico, que é estrutural e não depende de uma situação conjuntural desfavorável momentaneamente (ELIAS, 2006, p. 45).

Como colocado em outro momento, é evidente o registro da entrada de significativos contingentes de migrantes nos municípios estudados. Migrando em busca de oferta de emprego, os mais qualificados, geralmente, advêm do Sul e do Sudeste, enquanto os que apresentam menores graus de instrução migram do Nordeste, especialmente do Maranhão. Deste modo:

A tendência migratória se instala, seja deslocando os grupos sociais para além da fronteira ocupada, seja recebendo novos contingentes de outros estados. O mercado de trabalho que se constitui é o que dá sentido ao novo processo de ocupação do território, exigindo certa mão-de-obra especializada, mais familiarizada com as novas técnicas, que constituirá o trabalho formal, além de certa quantidade de mão-de-obra não qualificada, formadora do informal, mais sujeita à migração. Assim, o trabalho passa a ser formado por uma diversidade de

²⁸ No artigo referido, Silva (2005) trata da crise da modernidade e do trabalho em contextos metropolitanos. Entretanto nos forneceu elementos para refletir acerca da realidade do mundo do trabalho na cadeia carne/grãos da BR-163 mato-grossense, nos permitindo pensar sobre semelhanças e diferenças entre o rural e o urbano.

grupos sociais e de relações sociais específicas que sustentam os vínculos da produção (BERNARDES, 2005, p. 52).

Dos trabalhadores que chegam, muitos se inserem nas atividades agropecuárias, trabalhando nas fazendas, outros permanecem na cidade, cooptados pela construção civil e pelo setor de serviços. Alguns têm vindo especialmente para se empregarem nas fábricas da Sadia e da Perdigão, muitos em troca de salários incompatíveis com o custo de vida local. Por outro aspecto, em geral, os problemas sociais encontrados nos municípios, com destaque para Lucas do Rio Verde, paulatinamente, vêm sendo agravados em virtude do incremento de pessoas sem ocupação, das remunerações baixas, da falta de moradia e da elevação dos preços dos alimentos.

De acordo com informações obtidas em campo, evidencia-se o crescimento populacional e o aumento da densidade demográfica destes municípios, associado ao significativo acréscimo da demanda por trabalho, sobretudo, pela instalação e desenvolvimento das empresas integradoras (Sadia, Perdigão e Anhambí). Assim, além do encarecimento de fatores de sobrevivência básicos, como alimentação e vestuário, a crescente supervalorização do solo rural e do solo urbano provocada pela implementação da cadeia carne/grãos encareceu o valor da terra, assim como dos aluguéis, tornando escassa a oferta de moradias já prontas e de terrenos para a construção de novas habitações.

Alguns integrados e integradores têm encontrado na construção de alojamentos e casas para os “colaboradores” uma solução para a problemática, o que gera vantagens para o próprio empregador, que passa a ter maior controle da força de trabalho e do trabalhador em si, tornando-se ainda mais presente em todas as demais dimensões de sua vida como lazer, cultura e família. Sobre o último ponto, no caso da Sadia e da Perdigão, por exemplo, é sabido que ambas dão preferência ao emprego de pessoas de uma mesma família, o que diminui os custos da empresa com transporte de funcionários, reduzindo possíveis riscos com faltas ou atrasos dos trabalhadores, dentre outros benefícios, que pendem mais para o empregador do que para o empregado.

Conforme a Revista Produtor Rural (2007), com o início da construção da planta da Sadia a Caixa Econômica Federal se comprometeu a financiar a construção das primeiras 500 habitações destinadas a funcionários da empresa em Lucas do Rio Verde, atendendo parcialmente a uma das exigências da empresa para se instalar no município.

O piso salarial desses trabalhadores pode variar bastante de acordo com o cargo que o funcionário ocupa e seu nível de qualificação, podendo chegar a mais de R\$ 7.500,00 para o cargo de Engenheiro Agrônomo, porém, em geral, as empresas pagam baixos salários, variando de R\$ 480,00 a R\$ 600,00, aos funcionários que ocupam funções mais gerais e que exigem pouca qualificação, informações que obtivemos em nossos trabalhos de campo.

A maior parte dos trabalhadores que recebem baixos salários é de origem nordestina e foi arrematada em estados do Nordeste em cidades como São Luis (MA), Recife (PE) e Teresina (PI). No caso da Sadia, não exigindo qualificação e experiência, através de treinamentos pré-organizados, a própria empresa se encarregou de capacitar estes trabalhadores para as funções a serem ocupadas, tendo em vista a grande demanda por funcionários com a instalação de sua unidade industrial em Lucas do Rio Verde. Esses foram destinados a cargos como o de operador de produção, havendo a construção de uma vila operária para a moradia (foto 4), o que motivou a migração com suas famílias, ficando ainda mais submissos à empresa. Além de baratear o custo da mão-de-obra, já que a vila se apresenta como mais um fator de dominação da empresa sobre o trabalhador nesta condição.

Foto 4 - Residências em construção na planta da Sadia de Lucas do Rio Verde



Autor: Vieira, Nivea M. Foto tirada em julho de 2008.

Para o “colaborador”, portanto, vemos nesta prática o aumento da dependência em relação ao empregador, imposta com meias palavras, já que somente o fato de morar no espaço onde se trabalha, apesar de poder ser interpretado como um ganho em qualidade de vida, pode funcionar como um mecanismo opressor e de cunho controlador, o que pode ser agravado pelo fato de estar o emprego atrelado aos laços familiares. Essa prática, sob uma análise inicial, pode indicar o bom ou mau andamento do trabalho e a própria conduta²⁹ de um dos membros da família, influenciando diretamente a frágil estabilidade do trabalho dos demais membros desta, o que se agrava pelo fato da moradia estar vinculada ao emprego. Assim, com a demissão, há rescisão do contrato de aluguel, estando prevista a desocupação do imóvel. O aluguel a ser pago é de R\$ 200,000 no caso dos casais e R\$ 50,00 no caso de solteiros que dividam a casa com quatro pessoas, número máximo que pode residir em uma mesma moradia.

Os trabalhadores que não moram na empresa concentram-se em bairros populares e/ou no entorno da cidade, diferentemente dos que têm melhores rendimentos salariais que moram no centro ou em bairros considerados nobres. Portanto, devido ao elevado custo de vida na cidade, maiores dificuldades acabam sendo impostas à sobrevivência dos trabalhadores que não moram na vila operária e recebem baixos salários, estando ainda na categoria de migrantes. Para estes, a solução é morar de aluguel, onde, dividem uma mesma *kitinete* com três, quatro ou até cinco pessoas. Estas *kitinetes*, geralmente, possuem de quatro a cinco cômodos: um/dois quartos, uma cozinha, um banheiro e uma sala, sendo alugadas por valores resultantes da forte especulação imobiliária, que eleva os aluguéis, variando entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00 para esses tipos de habitação. O valor do aluguel corresponde à metade ou pouco mais da metade do salário da maior parte dos trabalhadores da Sadia e da Perdigão, já que, em sua maioria, recebem de R\$ 500,00 a R\$ 600,00 por mês. Portanto, a solução encontrada permite que os custos com aluguel, alimentação, o pagamento de contas de luz e água, dentre outros, sejam não só amenizados, mas possíveis de serem pagos por cada pessoa, porém, ainda ficam os custos com vestuário, passagens, saúde, educação, que cada um tem de arcar com o pouco que resta de seu salário.

²⁹ No caso da Vanguarda do Brasil, em 2006, criou-se um Manual de Convivência, que estabelece as regras a serem seguidas no cotidiano dos trabalhadores, que moram ou não na área da Fazenda. Apresenta normas e prescrições acerca de comportamento, tratando de “(...) preceitos de ética, dos deveres e obrigações, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento impostos aos colaboradores (...)” (VANGUARDA & IDEAL PORC, 2006, p. 3), assim como as conseqüentes medidas disciplinares às quais estarão sujeitos.

No caso de Lucas do Rio Verde, apesar da intensa propaganda a respeito de seu crescimento, ao chegarem ao município, famílias inteiras ou trabalhadores sozinhos, que deixaram suas famílias nos locais de origem, contam com dificuldades para encontrar moradia, salários compatíveis com o custo de vida e acesso aos serviços essenciais. Vale destacar que o setor de construção civil tem crescido, voltando-se para a edificação de novas casas, escolas (foto 5), postos de saúde, porém, falta mão-de-obra com certa especialização, como pedreiros, eletricitas e bombeiros. Na verdade, não só em Lucas do Rio Verde, mas também em Nova Mutum e em Sorriso, registram-se dificuldades para encontrar mão-de-obra menos qualificada e também mais qualificada.

Foto 5 - Escola Municipal Vinícius de Moraes em Lucas do Rio Verde



Autor: Vieira, Nivea M. Foto tirada em julho de 2008.

Quando visitamos a Sadia em nosso trabalho de campo em julho de 2008, ficamos a par de mais uma inovação pretendida pela empresa em sua unidade em Lucas do Rio Verde: naquele momento, a Sadia revelou estar em seu projeto criar uma espécie de “armazém” no qual os funcionários poderão comprar produtos diversos e serem descontados em seus salários. Essa estratégia também aumenta a dependência do trabalhador em relação à empresa, ampliando os seus descontos na folha de pagamento, o que, conseqüentemente, reduz o seu salário líquido. Submetido ainda mais à empresa, o trabalhador tem

o emprego de seu dinheiro dirigido diretamente pela mesma, que controla sua moradia, suas compras, sua vida pessoal e seu modo de agir, reembolsando parte do salário do trabalhador. Percebemos na construção de vilas operárias e no projeto de criação destes armazéns, a presença de relações de trabalho arcaicas mescladas a novas, que, respeitadas as diferenças espaço temporais, nos lembram o que ocorria nos “barracões” de fazendas do século XIX, onde, talvez o “gato” possa ser representado hoje pelas empresas terceirizadas que ficam responsáveis por arregimentar os trabalhadores no Nordeste, montando nestes locais seus escritórios.

Tais mecanismos expressam a reprodução de desigualdades sociais, viabilizando a manutenção do *status quo*, dos privilégios dos segmentos que se encontram no ápice da pirâmide social (CARDOSO, 2008). As materializações da evolução técnica, sob as relações capitalistas de produção, resultam em instrumentos de dominação do capital sobre o trabalho. Há alienação da atividade criativa do trabalhador, o que ocorre “(...) a partir da transformação de uma dimensão eminentemente qualitativa do trabalho humano em algo passível de ser quantificado, medido, calculado” (WOLF, 2004, p. 357). O trabalhador transforma-se em uma coisa, em mais um objeto que entra no processo produtivo, podendo ser manipulado como qualquer outro recurso de produção. “Responsabilidade”, “iniciativa”, capacidade de “prevenção”, “flexibilidade” e um permanente “estado de autocontrole”³⁰ são exigências feitas ao trabalhador, que, raramente são revertidas em benefícios como aumento do salário, além de enxugar o quadro de trabalhadores da empresa (WOLF, 2004, p. 384).

Destarte, ao passo que, por vezes, há o descarte da figura do capataz, do “inspetor”, por outro, é reintroduzido na própria subjetividade do trabalhador (WOLF, 2004). O que aparece como novidade nas políticas de gestão do trabalho é uma nova roupagem com a qual está se revestindo o velho modo de produção capitalista. As relações de trabalho estabelecidas permanecem em sua essência, embora com formatos mais modernos, o que indica uma coexistência de novas e antigas relações de trabalho e dos trabalhos formal e informal.

A chegada da Sadia em Lucas do Rio Verde ainda divide opiniões no próprio município, deixando interrogações acerca de vantagens e de desvantagens que estão sendo trazidas juntamente com os investimentos da empresa.

³⁰ A noção de “autocontrole” prescreve a necessidade de o operário estar a par de suas “responsabilidades” no interior do processo produtivo e dos prejuízos que qualquer “erro técnico” pode causar para a empresa. Além disso, deve ter conhecimento do processo como um todo – e não apenas de suas funções específicas, como ocorria no taylorismo (WOLF, 2004, p. 388).

Conseguimos vislumbrar que, apesar do crescimento econômico vivenciado por Lucas do Rio Verde, muitos já são os problemas (...) como a concentração das terras, a marginalização dos pequenos produtores, o desmatamento, os baixos salários, o alto custo de vida, a carência de algumas infra-estruturas e serviços essenciais, a formação de uma periferia, apenas para mencionarmos alguns (CARDOSO, 2008, p. 143).

A entrada de novos objetos e ações com a cadeia carne/grãos provoca uma (re)organização espacial em que a distribuição espacial dos aviários, a obtenção das matérias-primas, a fabricação da ração animal, a industrialização da carne e as demais atividades do processo produtivo do segmento avícola, com destaque para a produção de grãos, se encontram dispostas de forma privilegiada nos municípios da área concentrada da agricultura moderna na BR-163 e articuladas de modo a possibilitar o pleno funcionamento desta cadeia produtiva. Isto se deve à formação de complexas e eficientes redes de produção e circulação de capitais, pessoas, matérias-primas, informações e produtos, promovidas pelo progresso técnico-científico-informacional presente na área em estudo e nos locais com os quais esta rede está ligada.

A atuação da Sadia e da Perdigão, especialmente, bem como dos produtores de grãos e dos integrados de aves, de tradings comercializadoras, de frigoríficos, de esmagadoras e de outros tantos agentes atingem desde a escala local de produção até as escalas nacional e internacional de consumo. Tais agentes realizam as articulações entre as distintas etapas do processo produtivo, quer sejam de ordem material ou imaterial, promovendo a intensificação dos fluxos e a fluidez na circulação da informação (CARDOSO, 2008).

Respaldados nas colocações já feitas no decorrer da dissertação, reafirmamos que a escolha da área concentrada da agricultura moderna e nesta de Lucas do Rio Verde para a recepção dos investimentos do segmento de frangos da cadeia carne/grãos, justificou-se não apenas pela presença das matérias-primas soja e milho, mas por um conjunto de fatores que envolvem a escala de produção, talvez um dos mais importantes na opinião dos investidores, a disponibilidade de terras, a atmosfera política propícia à atração de grandes capitais e, sobretudo, a presença de elevado nível técnico já instalado.

Com a necessidade de agregação de valor à produção, chegaram novos agentes que instalaram fixos, detentores de novas funções e promotores de fluxos. Tais fixos liberam mão-de-obra, aparentando dependerem cada vez menos do trabalho vivo ao contar com a informatização de quase todo o processo produtivo. Porém, a partir de uma análise mais apurada, o que vemos é a reafirmação da importância do trabalho. Trabalho esse que, mesmo

transformado, está presente em todas as etapas do processo produtivo da cadeia carne/grãos, exigindo uma mão-de-obra que saiba lidar com o aparato técnico utilizado no setor em que exerce sua função. Acompanhando os constantes avanços técnicos, o trabalhador está em contínua especialização, o que, geralmente, é viabilizado pela própria empresa através de cursos, palestras, oficinas, incluindo a possibilidade de mudança de cargos e algum acréscimo no salário, a exemplo do que ocorre na Sadia e na Vanguarda. Portanto, o trabalho assume importância particular.

A instauração da cadeia carne/grãos com destaque para o segmento avícola na área, implica no fornecimento de soja e milho e dos insumos indispensáveis, na distribuição de matrizeiros, incubatórios e aviários, na comercialização de máquinas, equipamentos e outras tecnologias, na prestação de assistência técnica e serviços, de maneira geral, nos acordos entre as prefeituras, outros órgãos públicos e instituições privadas estabelecidos, no intercâmbio de informações, nos deslocamentos e mudanças na demanda por mão-de-obra, na elaboração de projetos conjuntos para assegurar a manutenção dos investimentos de grande porte, entre outras atividades de fundamental importância para a consolidação da cadeia carne/grãos, apontando para a intrínseca relação entre a técnica, o trabalho e a (re)organização espacial.

O trabalho continua sendo uma referência não só econômica, mas psicológica, cultural e simbólica preponderante, como provam as reações dos que não o têm. Não fazendo coisas reconhecidas, nada são. Neste sentido, concordamos com Castel ao afirmar que o desemprego é seguramente, hoje, o risco social mais grave, o que tem os efeitos desestabilizadores e dessocializantes mais graves para os que o sofrem (CASTEL, 1998).

O que se vê é uma revalorização da importância do trabalho, mesmo que não se reconheça explicitamente. Não há eliminação do trabalho, mas há mudanças e também permanências nas relações de trabalho, apontando-se, por vezes, para novos sentidos e transformações em sua própria concepção, percebendo-se, em uma análise mais atenta, a sua centralidade. Afinal, é a mão-de-obra que leva a produção a cabo, que viabiliza o processo produtivo, permitindo o alcance dos objetivos propostos. Nesse sentido, a tecnificação da produção otimiza o processo produtivo e reduz os gastos com trabalhadores, atingindo maiores níveis de lucro, apesar dos altos investimentos em tecnologia. Entretanto, onde está a técnica está o trabalho e a presença, mesmo que implícita do trabalhador. Afinal, a técnica/tecnologia foi elaborada por pessoas no exercício de seu trabalho e depende de que trabalhadores saibam, pelo menos,

utilizá-la, interpretar os dados colhidos por ela, como no caso da agricultura de precisão, ou seja, precisa de trabalhadores, mesmo que em menor número, para manuseá-las, interpretar seus dados e fazer sua manutenção, por exemplo. Nesse sentido, pensando bem, perguntamos livremente sem, por ora, buscarmos respostas: onde não há a presença, mesmo que já materializada, do trabalho humano?

É inegável que tais mudanças se realizam com modificações na organização do espaço. Com isto, a própria escolha de um determinado espaço para a realização da cadeia carne/grãos já considera a organização pré-existente. Não é qualquer espaço que pode ser considerado adequado para implantar esta cadeia produtiva, o que levará em conta os fatores já tratados, onde apenas para citar, podemos fazer referência à própria magnitude da produção de grãos no local, bem como à presença de grandes áreas para a construção de empreendimentos como fábricas de ração e aviários no caso da avicultura. Então, para que a cadeia se estabeleça em um determinado lugar, é premente que haja (re)organizações do espaço na busca por atender às metas propostas.

Portanto, depois da instalação dos empreendimentos realizados a partir da entrada de novos objetos e ações, que são acompanhados de mudanças em termos de técnica e trabalho, há transformações no arranjo espacial de cada um dos três municípios (Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso) em que a cadeia tem sido instalada/concretizada. A nova lógica gera diversos ônus para as cidades, já que estas não apresentam ainda infraestrutura suficiente para suprir novas necessidades instauradas como, por exemplo, as demandas impostas com a chegada de significativos contingentes populacionais surgidos com as possibilidades de trabalho na Sadia e na Perdigão, sem falar dos problemas relacionados à baixa remuneração recebida pelos trabalhadores com menos qualificação, já que tais cidades apresentam elevado padrão de vida. São mudanças na dinâmica demográfica, no urbano, nos setores da economia, como o crescimento do setor de serviços e de construção civil, nova formação e novos requerimentos do mercado de trabalho.

Mesclando novas e antigas relações de trabalho, não irrefletidamente denominado de “colaborador”³¹, o trabalhador é chamado a sua responsabilidade na empresa como um cooperador que realiza seu trabalho em conjunto, como aquele que deve sempre querer somar e estar comprometido com a empresa,

³¹ Respeitadas as diferenças, acompanha-se uma tendência, há algum tempo seguida por grandes empresas de distintos ramos, de chamar os trabalhadores de “colaboradores”.

tendo em vista o alcance de um mesmo objetivo. O trabalhador é incitado a ter uma nova conduta/postura no trabalho mediante a construção de uma idéia de “sociedade” com os donos da empresa.

Nesse sentido, o que percebemos em nosso trabalho de campo foi uma tentativa de mudar as relações e a idéia de trabalho/trabalhador em quaisquer cargos e graus de qualificação, colocando este em um patamar de igualdade e de solidariedade em relação à empresa como se fossem sócios e/ou pertencentes a uma única família, “uma extensão da família do patrão”, o que passa pela pregação de uma comunhão, de uma busca por um objetivo em comum, que pode se distanciar bastante na prática. Interpretamos que o uso da categoria “colaborador” pode apontar para transformações nas relações de trabalho e no seu sentido, nas novas exigências por trabalho, cabendo questionar, por ora, sem pretensão de resposta, até que ponto a expressão “colaborador” não vem encobrir a condição real do trabalhador, das relações de trabalho, mesclando novas e antigas relações que se estabelecem na atualidade. Corroborando com essa idéia, reproduzimos a seguir uma afirmação contida no Manual de Convivência da empresa Vanguarda, (2006, p. 1):

Todos, sem exceção, diretores, gerentes, coordenadores, colaboradores, nossa própria família e amigos leais, não devem medir esforços para tornar cada ano ainda mais glorioso para o nosso segundo lar, nosso local de trabalho.

Segundo Antunes (1999), neste tipo de administração, chamada participativa, o trabalhador além de agir tem que pensar para o capital. O autor chama a atenção para a sutileza desta nova forma de dominação, que fica encoberta sob uma aparente autonomia. A submissão do ideário do trabalhador na empresa flexível é mais consensual, mais envolvente, mais participativa, mais manipulatória. Cria-se um “novo tipo humano” concordante com o “novo tipo de trabalho e produção”³², mediante uma mecanização que penetra até a alma do trabalhador (WOLF, 2004).

Neste sentido, o trabalhador é um “sócio” de suma importância para o bom desempenho da empresa, sendo, porém, minoritário em ganhos reais, onde se destacam suas perdas em estabilidade e sua privação financeira, uma vez que há pouca alteração em seu salário-base.

³² Um “novo tipo humano” criado a partir do estabelecimento do “novo tipo de trabalho e produção” foi identificado por Gramsci (1976) ao analisar o fordismo. Neste sentido, incorporamos seu argumento em uma análise da fase atual do capitalismo, parafraseando-o a partir das colocações de Wolf (2004: 365).

A maneira de remunerar é alterada com as mudanças nas relações de trabalho. No contexto de flexibilização trabalhista, a remuneração também ganha certa flexibilidade, estando cada vez mais atrelada ao seu desempenho individual ou a partir de metas estabelecidas para grupos. Atrela-se aos resultados, à produtividade com alcance de metas pré-estabelecidas, significando certa flutuação das remunerações, o que, para os trabalhadores/colaboradores pode se expressar em forma de riscos e incertezas.

Nesse contexto de alterações nas relações de trabalho, demanda-se um trabalhador capaz de se colocar como um eterno aprendiz. Aprendizados que implicam em mudanças, revelando um ambiente em que a inovação está sempre presente. Alguns trabalhadores são levados a pensar a totalidade do processo produtivo. Têm uma função específica, mas podem ser aproveitados em outras atividades, quando necessário. Devem ser trabalhadores versáteis e capazes de se adaptar às mudanças técnicas introduzidas no sistema produtivo da cadeia carne/grãos em um contexto de constante (re)organização espacial.

As empresas em parceria com o governo e redes de ensino particulares estão investindo no ensino através da construção de faculdades, escolas e creches para os filhos dos novos “colaboradores”, assim como na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em cursos técnicos voltados para a capacitação e a formação continuada do trabalhador, tendo em vista o próprio dinamismo das inovações técnicas que, como já referido, impõem constante aperfeiçoamento e possibilidades de ganhos salariais. A formação dessa infraestrutura no campo da educação, o investimento na capacitação de pessoas, é uma prática capaz de viabilizar melhores resultados no que se refere à quantidade e à qualidade da produção, além de garantir a formação de condições de capacitação nos municípios em estudo, o que pode reduzir as demandas por mão-de-obra de fora, ou seja, de imigração, o que, no entanto, ainda é pouco significativo.

Entretanto, apesar de termos focado a nossa análise nos trabalhadores formais e, sobretudo, nos permanentes, é importante ressaltar a crescente presença do trabalho informal e do trabalho temporário, seja ele formal ou não. Assentados no subemprego, em geral, tais trabalhadores apresentam outro perfil, conforme indica Bernardes (2005, p. 62). Estes recebem:

(...) uma remuneração salarial próxima da renda mínima, que mal assegura a reprodução do trabalhador e de sua família e que não permite investir no consumo; ausência de garantias legais; e o caráter móvel da relação do trabalhador com a empresa. O trabalhador muda frequentemente de empresa e fica desempregado por certo tempo. Em outras palavras, o trabalho temporário toma a forma de precarização do emprego, da terceirização, dos contratos substitutos.

Com baixa ou nenhuma escolaridade, não têm habilidade com as técnicas avançadas, podendo receber até valores inferiores a um salário-mínimo, não tendo a possibilidade de se fixar na região, a exemplo dos trabalhadores necessários na limpeza do terreno para a plantação, no carregamento de caminhões, na limpeza dos locais de trabalho, na higienização dos aviários, dentre outros. Mesmo com todo o incremento de tecnologia na produção, estes trabalhadores não são eliminados, sendo necessários, em menor ou maior quantidade em todas as etapas da cadeia carne/grãos. Estes trabalhadores são menos qualificados e pouco integrados.

É fato que a instalação da cadeia carne/grãos na área de estudo, acompanhada de significativo incremento tecnológico e de transformações no mundo do trabalho, (re)produz espaço direta e indiretamente, uma vez que a posição ocupada nesta cadeia produtiva acaba por exercer grande influência nas formas como tais trabalhadores terão acesso ao espaço, às áreas que poderão ocupar e de que forma. Afinal, tais alterações criam desigualdades espaciais e novas hierarquizações, que ligadas à divisão do trabalho, que é um meio para articular as relações sociais, expressam uma característica marcante do capitalismo, que é o seu desenvolvimento desigual no espaço e no tempo (SANTOS, 2006). A cadeia carne/grãos revela um modelo pouco inclusivo do ponto de vista social, que não foi canalizado para promover a melhoria de vida de frações significativas da população.

Em suma, a presente pesquisa pretendeu analisar as transformações no âmbito do trabalho em suas relações com a técnica e a (re)organização espacial na recém instalada cadeia carne/grãos da área concentrada da agricultura moderna na BR-163 mato-grossense. No “mundo do trabalho”, a produção de grãos e o segmento avícola ficaram no foco de nossas análises na busca por desvendar a dinâmica da cadeia produtiva instalada na área nos anos 2000. Por vezes, a carência de informações precisas dificultou a obtenção de um resultado mais aprofundado sobre transformações tão complexas, o que, por outro aspecto, foi um fator motivador deste estudo, sinalizando a sua necessária continuidade. Revelamos a importância de novas investidas neste campo de investigação, tendo em vista uma realidade em constante movimento, em contínua transformação, onde, principalmente em termos de trabalho, reconhecemos que, apesar de termos focado nas mudanças, coexistem antigas e novas formas e relações de trabalho em um contexto de articulação entre mudanças e permanências.